

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Porantim Class.: Enúcia / UHE  
 Data jun/jul de 1982 Pg.: 5 05

Hidrelétrica  
**HIDRELÉTRICAS**

*Os técnicos da Funai contam as aldeias e os índios que serão atingidos pelas hidrelétricas. A Eletronorte vem atrás, com suas máquinas. No Sul, o "serviço" é com a Eletrosul. E no Nordeste, com a Chesf*

## Eletronorte conta com apoio da Funai

**A** febre das hidrelétricas atinge praticamente todas as regiões do País. Só nos Estados e Territórios amazônicos, a Eletronorte está construindo ou tem planejadas 18 usinas (incluindo Tucuruí), das quais seis atingem certamente áreas indígenas e as restantes vão "provavelmente" prejudicar territórios tribais, vários dos quais de grupos ainda não contatados. Esses dados, que serão detalhados mais adiante, constam do Plano de Ação Conjunta Eletronorte/Funai, elaborado em junho de 1981 pela própria Fundação Nacional do Índio.

O já citado estudo de Paul Leslie Aspelim e Silvio Coelho aponta ainda outras áreas indígenas afetadas - desde agora ou para daqui a algum tempo - por projetos hidrelétricos nas regiões Sul e Nordeste, a cargo, respectivamente, da Eletrosul e da Chesf.

No estudo da Eletronorte/Funai, são apontadas, como já atingindo áreas indígenas, as hidrelétricas de Cachoeira Porteira, em Tucuruí, no Pará; Santa Isabel, em Goiás; Balbina, no Amazonas; e Contigo, em Roraima; e, como "provavelmente" atingindo áreas indígenas, as seguintes usinas: Manso e Barra do Peixe, no Mato Grosso; Samuel, em Rondônia; Carolina e Santo Antônio do Tocantins, em Goiás; Marabá, Bacias dos rios Jari, Paru, Maicuru e Curuapanema, a Bacia do rio Tapajós, no Pará; Catuema, Bacia do rio Negro; Bacia do rio Madeira brasileiro e Bacia do Alto Purus, no Amazonas; e Bacia do Rio Araguari, no Amapá.

Veja-se, a seguir, o prejuízo que cada hidrelétrica está causando ou vai causar às populações indígenas das respectivas áreas.

**Hidrelétrica Cachoeira Porteira** - Localizada no Alto Rio Mapuera, Pará, atinge pelo menos uma aldeia e terras dos povos Waiwai (209 pessoas), Katuena (136), Hixkariana (125), Xerieu (88), Mawa'yana (61), e Tiryó (19).

**Complexo hidrelétrico Altamira** - Situa-se em diversos pontos do rio Xingu, e seus afluentes, no Pará. Segundo o Plano da Eletronorte/Funai, atingiria indiretamente até aldeias xinguanas no Mato Grosso, como as dos Txukahamãe dos Postos Kretire e Jarina. Principais povos atingidos: Arana, que estão em fase de atração e vivem na margem esquerda do rio Iriri; Kararaó (23 pessoas), na margem direita do Iriri; Asurini (54), no igarapé Piaçava, afluente da margem direita do Xingu; Araweté (137), no igarapé Ipixuna, margem direita do Xingu;

**Kayapó** (PI Kokraimoro, 187 pessoas), margem direita do Xingu.

São ainda afetados indiretamente pelo Complexo Altamira: 192 Xikrin do PI Bacajá; 457 Kayapó do PI Gorotire; 235 Kayapó do PI Kuben-Kran-Kegn; 126 Kayapó do PI Krike-tum; 151 Kayapó da Aldeia A'ukre; 59 Kayapó do PI Baú; e 357 Kayapó do PI Menkrangnotire.

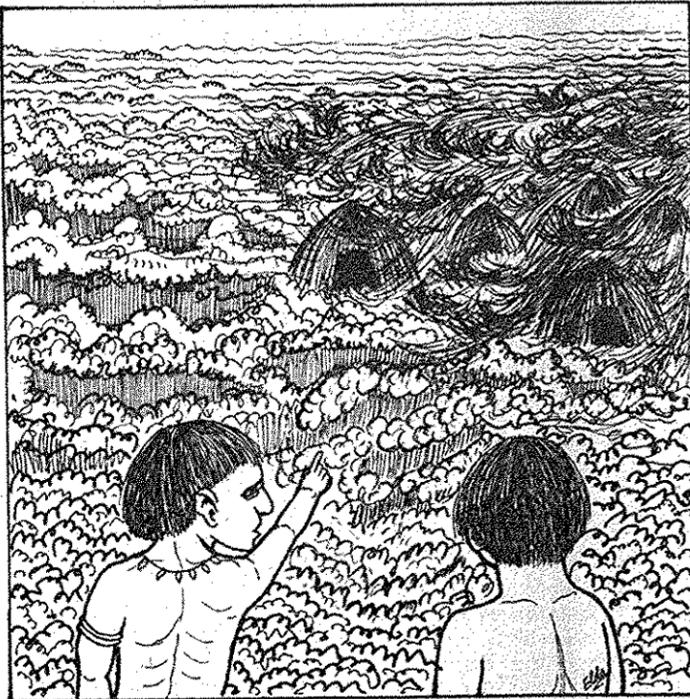
**Hidrelétrica de Balbina** - Localizada no rio Alalaú, ao norte de Manaus-AM., atinge um número desconhecido de Waimiri/Atroari, grupos que ainda são arredios. Estima-se um total de 600 indivíduos, espalhados por 12 aldeias nas áreas dos três postos avançados da Funai: Alalaú, Camanaú e Abonari.

**Hidrelétrica Tocantins - Santa Isabel** - No Baixo Araguaia, atingirá a aldeia de Xambioá, na margem direita, com 66 membros desse subgrupo Karajá.

**Hidrelétrica Santo Antônio do Cotingo** - No rio Cotingo, norte do Território de Roraima. Vai prejudicar cerca de 3.950 índios, de 58 diferentes aldeias, dos povos Makuxi, Wapixana, Taulipang e Ingarikó, além de um número desconhecido de índios Mayongong, grupo considerado isolado.

Outras áreas indígenas "provavelmente atingidas com a construção de hidrelétricas na Amazônia", de acordo com o Plano da Eletronorte/Funai.

**Hidrelétrica Manso** - No rio Teles Pires, Mato Grosso, atin-



girá uma aldeia onde vivem 262 Bakairi.

**Hidrelétrica Samuel** - No rio Javari, em Rondônia, afetará um número não calculado de índios Urupá-in e Uru-Eu-Uau-Uau, em fase de atração.

**Hidrelétrica Carolina** - Informações contraditórias: no mapa da Eletronorte/Funai, está no extremo Norte de Goiás, perto das cidades de Filadélfia (GO) e Carolina (MA). No texto do Plano, porém, diz-se que atingirá os Xerente no município de Tocantina, que fica centenas de quilômetros ao Sul.

**Hidrelétrica Marabá** - Vai afetar 126 índios Gavião do PI Mãe Maria.

**Hidrelétrica Barra do Peixe** - Município de Nova Xavantina, MT, atingindo 404 Xavante da

aldeia de Areões, segundo dados do Plano Eletronorte/Funai.

**Hidrelétrica Santo Antônio do Tocantins** - Atingiria 428 Apinayé, de duas aldeias situadas na margem esquerda do Tocantins, no Extremo Norte de Goiás.

**Hidrelétrica Catuema** - Atingirá vários grupos arredios, que vivem na região banhada pelo rio Jatapu, no Estado do Amazonas: Anfêhene, Seribá, Kara'h Yána, Arárau, Animpokóimo, Repeworiworimó, Karafawyana, Puchulma e Atuma.

**Hidrelétrica Bacia do Rio Negro** - Esta hidrelétrica, cujas obras, segundo o cronograma da Eletronorte, serão executadas entre os anos de 1990 e 1994, vai atingir 78 aldeias. A população destas, hoje, é de 5.687 pessoas,

das nações Tukano, Tariana, Wanana, Pirá-Tapuia, Kobewa, Tuyúka, Maku, Desana e Yanomami, além de outros grupos, considerados isolados, como os Xirianá, Pakidái, Waharibo, Barawana, Aiwateri, Yabana, Guariva e Makunab'odo.

**Hidrelétrica Bacia do Rio Araguari** - Atingirá oito aldeias dos Oiapoti, com um total de 233 pessoas, no Território do Amapá.

**Hidrelétrica Bacia do Alto Purus** - Vai afetar várias aldeias de Kaxinawá e Kulina em Sena Madureira, Acre (390 pessoas); Apurinã, de Boca do Acre, AM (313 pessoas); Paumari, de Lábrea, AM; e ainda grupos poucos conhecidos, também na área do Purus, como os Anahuáka, Tukurina, Katiana e Kontakiro.

**Hidrelétrica da Bacia do Rio Madeira brasileiro** - Também no Amazonas, vai atingir áreas indígenas nos municípios de Autazes e Borba: Karitiana (72 pessoas); Múra (1460 pessoas em 19 aldeias) e mais em outra aldeia não recenseada; Múra-Pirahã (número desconhecido) e Munduruku (1.164).

**Hidrelétrica das Bacias dos Rios Jari, Paru, Maicuru e Curuapanema** - As obras estão previstas para o período de 1986-1989, e vão atingir vários povos: Urukuyana, Pianokotó, Tiryó, Wayana, e ainda os isolados Aramayana, Aramilhchó, Wawaykiruré, Pianosoi, Achiki, Apama, Muriyana e Taripiyó.

**Hidrelétrica da Bacia do rio Tapajós** - Atingirá 19 aldeias de Munduruku, de três postos da Funai: 350 no PI Cabruá; 410 no PI Munduruku; e 460 no PI Sai Cinza. O cronograma marca obras entre 1985 a 1990.

### SUL E NORDESTE

No estudo de Paul Leslie e Silvio Coelho, já citado ("Áreas Indígenas ameaçadas por projetos hidrelétricos no Brasil"), são apontadas 11 áreas nessas condições:

- As reservas de Chapecó (Santa Catarina) e Ligeiro (Rio Grande do Sul), de Kaingang e Guarani, e a área não reservada (Toldo) de Irai - RS, ameaçadas pelo projeto hidrelétrico da Bacia do rio Uruguai;

- A área indígena Xokleng, reserva de Ibirama, SC, ameaçada pela barragem de controle de enchentes do Rio Itajaí do Norte;

- A área indígena Guarani, da reserva de Mangueirinha, PR, ameaçada pela barragem de Salto Santiago, no rio Iguaçu.

Passando ao Nordeste do País, a área dos Tuxá, em Rodelas, Bahia, que será inundada pela barragem de Itaparica, no Rio São Francisco; essa mesma barragem ameaçará também os Pankararu, os Truká e possivelmente os Atikum, no Estado de Pernambuco. E, finalmente, os dois autores apontam as áreas dos Parakanã (barragem de Tucuruí) e dos Waimiri/Atroari, (Hidrelétrica de Balbina), dos quais se falou anteriormente



A última agressão contra os Waimiri-Atroari: a hidrelétrica de Balbina

**HIDRELÉTRICAS**

Os mitos de muitos povos indígenas  
falam da origem do mundo, pelas águas.  
Outro mito, o do dilúvio, está se tornando realidade.  
Para a produção de energia elétrica,  
os rios são represados, inundando dezenas de áreas indígenas,  
levando às aldeias a destruição

# A água, a luz: a destruição

**S**ecularmente espoliados, os povos indígenas no Brasil resistiram, até hoje, a todo tipo de violência do branco invasor, de Cabral a Anhangüera, de Raposo Tavares aos latifundiários apadrinhados pela Sudam. A escravização pelos primeiros colonizadores, o fogo dos bandeirantes, a traição e os massacres de ainda há poucos anos, as certidões negativas da Funai, as estradas, a "pacificação" do sarampo e da blenorragia, a redução à condição de bóia-fria: não houve método de extermínio que não tivesse sido experimentado, ao longo de 480 anos, contra os povos indígenas, do Oiapoque ao Chui.

Na fúria avassaladora da expansão capitalista estimulada nos últimos 18 anos, surge, agora, mais uma arma genocida contra o índio no Brasil: as hidrelétricas. Preocupado em dar suporte aos projetos ditos de desenvolvimento, o regime militar planejou o aproveitamento do potencial energético dos rios brasileiros, a qualquer preço. Não importa que a construção das barragens faça submergir aldeias, lavouras e matas de numerosos povos indígenas - alguns, inclusive, ainda não contatados. Aliás, completa-se assim o plano diabólico de espoliação total: após confinar as populações indígenas em áreas insignificantes - muitas das quais sem qualquer demarcação ou outra garantia mais efetiva -, o Governo avança sobre o que resta, mandando à frente, os vagalhões das represas, cortejados pela procissão de torres das linhas de transmissão.

O verdadeiro objetivo dessa corrida energética, poucos devem conhecer. Sabe-se, isto sim, que, hoje, a região Sul do País já está com energia sobrando - ou seja, as hidrelétricas oferecem mais quilowatts do que a população e as próprias indústrias conseguem gastar. (E, mesmo assim, os preços da eletricidade para consumo doméstico sobem a cada três meses, em níveis superiores aos da inflação).

Apesar desse excesso de oferta de energia, na região Sul, e do grande potencial hidrelétrico, nos rios de todo o País, estão sendo construídas ainda as sinistras usinas nucleares, em Angra dos Reis, Estado do Rio, e mais outras são planejadas em Curitiba, litoral de São Paulo.

Diante desse quadro, não parece exagero supor que um dos objetivos da implantação de novas hidrelétricas em áreas indígenas seria afogar a última resistência desses povos, que insistem em defender seu torrão, a qualquer preço.

## ITAIPU E TUCURUI

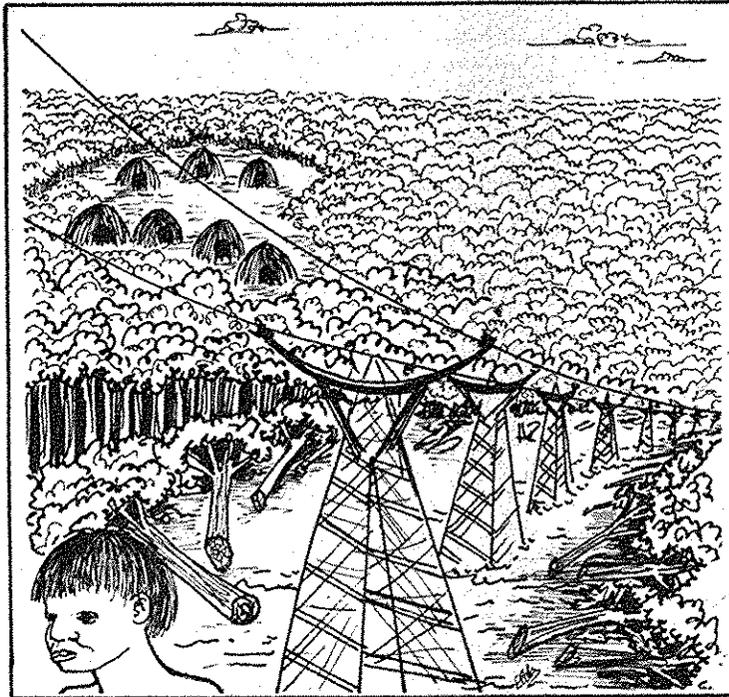
As duas maiores usinas hidrelétricas em construção no Brasil - Itaipu, no rio Paraná (PR), fronteira com Paraguai; e Tucuruí, no Tocantins (PA) - não atingem tantas aldeias quanto outras usinas menores. Isso, entretanto, não atenua o caráter de violência dessas obras, e a potência com que o Estado trata o índio cuja área está sendo ameaçada pelo represamento das águas.

Itaipu, por exemplo, a maior hidrelétrica do mundo, com seus 12 milhões de quilowatts, vai inundar uma área de 100 mil hectares de terras férteis do Paraná (além de outros 600 mil hectares no lado paraguaio). Só na parte brasileira, estão sendo expulsas cerca de 8 mil famílias de pequenos agricultores. Entre estas, encontram-se as 19 famílias Guarani que vivem em Jacutinga, pouco abaixo da foz do rio Ocoi. (Ver *Porantim* nº 28, abril-81, pág. 3; e *Luta Indígena*, nº 16, março-82). As sucessivas mobilizações das lideranças daquela comunidade, com o apoio do Cimi-Sul, Anai-PR e Comissão Justiça e Paz do Paraná, conseguiram fazer a Itaipu, a Funai e o Inera recuarem de absurdas propostas de remoção para outras áreas, menores e desmatadas.

**No Sul do País,  
a energia está  
sobrando. Mas a  
agressão  
continua**

Em carta datada de 5 de fevereiro pp., dirigida ao presidente da Funai, coronel Paulo Leal, sete chefes de família Guarani do Ocoi disseram: "Essa terra da Itaipu é boa para plantar, mas não dá para o Guarani, não tem mata, é pouca terra. Tem que procurar o mata. Não precisa ser tudo mata, mas ao menos um pouco de mata tem que ter, mas pode ter um pouco de limpo. Mas o mata não pode ser só um pedacinho, porque depois acaba a lenha, não tem bichinho. E precisa o mata pra fazer a casa. Como vai fazer a casa? De capim não dá. Vai fazer a casa de terra? De terra não dá. Precisa procurar o mata onde passa o rio pra ter o peixe".

Três semanas depois, a Itaipu apresentou uma nova proposta, considerada razoável, de 62 hectares de mata e 43 de terra agricultável, no município de Foz do



Iguaçu.

Na banda ocidental do rio Paraná, ou seja, no Paraguai, os mesmos Avá-Guarani (Xiripá), parentes dos de Ocoi, serão também atingidos pelo dilúvio de Itaipu. Aliás, mais atingidos: 234 famílias de Guarani deverão retirar-se da área até julho deste ano. Várias entidades indígenas do Paraguai estão dando seu apoio ao reassentamento das famílias em quatro diferentes áreas, com um total de pouco mais de 5.300 hectares. O diretor paraguaio da Itaipu, Enzo Debernardi, está se negando, porém, a fazer o reassentamento dos Guarani, alegando que sua obrigação é apenas indenizar os despejados. A luta prossegue.

## TRAGÉDIA PARAKANÁ

A hidrelétrica de Tucuruí, que deverá ser a quarta maior do mundo, vai formar um lago de 210 mil hectares e exigirá o deslocamento de 5 mil famílias não indígenas, além de submergir seis cidades e 120 quilômetros da Rodovia Transamazônica. A conclusão da obra está prevista para final de 1985. Até lá, ela deverá ter inundado quase 50% da área indígena dos Parakanã, um grupo que hoje soma apenas 175 indivíduos: 36 no Posto Tucuruí, que ficará todo debaixo d'água; e 139 no Posto Parakanã. Vários outros índios, porém, ainda não contatados Parakanã e, em menor quantidade, Asurini - serão também escuraçados pelas águas do lago de Tucuruí.

A história recente dos Parakanã é possivelmente uma das mais trágicas entre as de to-

acerta do que fazer para escapar das águas da barragem. Eles dizem que vão esperar até que as águas os forcem a se deslocarem".

## "AGENTE LARANJA"

Ainda na área de Tucuruí, estão sendo atingidos os Gavião do Posto Mãe Maria, no município de Marabá. Este grupo, que há alguns anos se libertou da exploração da Funai, passando a gerir diretamente a comercialização da castanha existente em sua área, foi indenizado há algum tempo pela Eletronorte em Cr\$ 43 milhões, pela passagem, por suas terras, das linhas de transmissão entre Marabá-PA e Imperatriz-MA, interligando os sistemas de Tucuruí e Chesf (Nordeste). Uma quantia irrisória, não somente pela grande área desapropriada e desmatada para a implantação das torres (300 hectares, que incluem, entre milhares de árvores, 800 castanheiras, base da economia Gavião), como sobretudo, por exporem a espinha dorsal da reserva à mira da cobiça branca.

Mas, além da derrubada dessa extensão da linha de transmissão, a hidrelétrica de Tucuruí exigiria ainda o abate de milhões de outras árvores. A Eletronorte arrendou à Capemi a exploração dessa madeira; mas, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* de 9-5-82, até há pouco haviam sido desmatados apenas 3 mil dos 210 mil hectares do futuro lago. Por esse motivo, a Eletronorte anunciou que poderia usar o desfolhante "agente laranja" para apressar o serviço. Naturalmente, a empresa não se preocupou em refletir sobre os prejuízos ecológicos decorrentes da contaminação das águas da barragem por esse terrível veneno - que mutilou homens e animais na guerra do Vietnã, onde os norte-americanos o usaram como arma biológica.

**Parakanã: para  
os sobreviventes,  
chegam agora  
as águas de  
Tucuruí**

Segundo Paul Leslie Aspelim e Silvio Coelho, "hoje (1979), os Parakanã contatados dependem da Funai para grande parte dos seus estoques alimentares, e são incapazes de tomar uma decisão



Parakanã; indefesos